

ppri.partido@proton.me

csm.roraima@gmail.com

20/02/2026 / nº 97

Nota do PPRI



PPRI

**Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista**

NÃO CONFIAR NA DEMAGOGIA ELEITORAL DE LULA E DE BOULOS!

***Defender os direitos e territórios dos povos tradicionais com a
luta de classes contra o governo privatista e entreguista!***

▶ O povos originários que habitam às margens e reproduzem suas condições de vida do Baixo Tapajós estão ocupando a terminal portuário da multinacional Cargill e, recentemente, a rodovia Fernando Guilhon, principal via de acesso ao aeroporto de Santarém, Pará, exigindo do governo Lula a imediata revogação do Decreto Federal nº 12.600/2025, que autorizou o leilão para tarefas de dragagem no rio para escoamento de soja, visando a privatização do curso d'água e sua transformação em hidrovias para a transporte de produtos agroindustriais e minerais. A medida autoritária sem consulta prévia aos Povos Originários, como estabelece a Constituição, leiloa mais de 3 mil quilômetros de vias hídricas navegáveis, incluindo os rios Tapajós, Madeira e Tocantins-Araguaia, exportação de commodities agroindustriais. A privatização abrirá uma via também ao escoamento de minérios ao facilitar um transporte aos garimpeiros. A privatização do Baixo Tapajós é parte do *Plano Nacional de Desestatização*, que inclui os Correios, portos, aeroportos, hidrovias etc. para facilitar sua entrega aos capitais privados.

A drenagem do rio para escoar soja e outros produtos minerais significa a alteração profunda das condições naturais do rio, afetando a pesca e fauna, além de abrir caminho para alagamentos e contaminar o curso d'água com combustíveis e lixo produzido pelo transporte fluvial em larga escala. A destruição do meio natural em que os povos originários e tradicionais desenvolvem a reprodução de suas condições de vida e cultura, somar-se-á aos assassinatos, os deslocamentos e a repressão contra quem se atreve a resistir ou lutar. A privatização do rio significará, ainda, o alargamento da produção agroindustrial e depredação capitalista da natureza uma vez que se garantirá uma via de transporte e escoamento da produção, alavancando a extensão a fronteira agrícola agroindustrial, aumentando exponencialmente a barbárie capitalista sobre a região por meio da destruição do meio ambiente.

O PL da Devastação que mudou as regras e normativas ambientais e facilitou a entrega de recurso e a desflorestamento em proveito de agroindustriais, latifundiários, garimpeiros etc., junto aos leilões para exploração de petróleo na bacia do Foz do Amazonas, já tinham indicado que o governo Lula iria passar por cima dos direitos das comunidades quilombolas, ribeirinhas e indígenas em seu objetivo de favorecer alianças com setores da burguesia nacional e internacional, para facilitar sua reeleição neste ano, ainda que isso signifique trair e enganar essas comunidades tradicionais e povos originários.

Sob a palavra de ordem *"Rio Tapajós não se vende, se defende"*, mais de 14 etnias (Mundurucu, Tupinambás, Arapiuns, entre outros) se uniram na ação coletiva da ocupação visando impedir a privatização impulsionada pelo governo de frente ampla burguesa. A resistência escancarou as mentiras e traições orquestradas por Lula e seu ministro Boulos

que prometeram que nada seria feito sem consultar os povos, mas encerrada a COP-30 foi apresentado o decreto sem consulta prévia como exige a Constituição, e desconhecendo a promessa feita por Boulos em uma assembleia unitária das comunidades tradicionais e dos povos originários que há séculos moram e vivem do rio.

A revolta das comunidades e povos originários é uma revolta contra os capitalistas, fundamentalmente contra o imperialismo que controla o financiamento, produção e comercialização de produtos agrícolas exportáveis, como soja, e especialmente contra seu agente político de turno: o governo burguês de Lula. O caudilho petista que se arvorou de defensor da soberania nacional e dos povos originários, respeitoso da Constituição, a está jogando no lixo e passando a boiada por cima dos direitos dos povos originários, entregado as riquezas por fatias ao grande capital monopolista. Nesse sentido, a organização e ação direta coletivas das comunidades e povos originários é um salto à frente e prepara sua ruptura com o governo burguês de frente ampla entreguista e pró-imperialista.

O enfrentamento entre as necessidades dos povos originários e tradicionais com o governo Lula só escalam. Após a ocupação do porto, Lula elevou o grau de segurança do local para Nível II, permitindo atuação repressiva do Batalhão de Missões Especiais da Polícia Militar em conjunto com a Polícia Federal. Os povos originários, por sua vez, expulsaram de seus territórios funcionários do Ministério dos Povos Indígenas e da Funai. Assim, estava traçada a via de um confronto ainda maior. A decisão dos indígenas em resistir e sua denúncia que o governou praticamente os traiu, obrigou o governo a suspender o decreto e formar um Grupo de Trabalho (GT) para garantir o direito dos povos originários a se pronunciarem, como exige a Convenção 169 da OIT. Assinado pelos ministros Guilherme Boulos, Silvio Costa Filho e Sônia Guajajara, a “suspensão” é uma medida demagógica para evitar mais danos à imagem eleitoral de Lula. Suspensão não é revogação, o que permite ao governo recompor sua imagem eleitoral, ludibriar os povos tradicionais e, mais à frente, continuar a privatização. Como se vê, o governo não renunciou à privatização e à defesa do agronegócio, apenas recua conjunturalmente para depois impor a privatização após desviar o movimento. Os povos não devem se deixar enganar!

O capitalismo é um regime de produção baseado na exploração irracional e predatória do meio natural à vida humana, a fauna e ecossistemas. O regime político e a democracia burguesa acompanham a decomposição do regime de produção negando o direito constitucional dos povos tradicionais sobre suas terras. Os governos burgueses sempre servirão aos interesses das classes dominantes que lucram destruindo a natureza e promovem o extermínio e genocídio dos povos e etnias que entravam seu expansionismo. E o governo de frente ampla burguesa de Lula não é a exceção. Apenas mente e engana melhor porque reveste sua política pró-burguesa e pró-imperialista de uma retórica ambientalista farsesca, além de recorrer a figuras indígenas e dos movimentos sociais, como Sônia Guajajara e Guilherme Boulos (ambos do PSOL) para mascarar seus ataques com discursos “progressistas”.

Neste ano eleitoral, em que Boulos e Lula retornarão a fazer campanha posando de defensores das comunidades ribeirinhas tradicionais e dos povos originários, a única resposta às traições que esses dois agentes da política burguesa merecem é o repúdio e aprofundar a luta de classes até impor as reivindicações com a força coletiva. O problema da terra é de vida ou morte para os povos originários e comunidades tradicionais, e será resolvido com a expropriação da grande propriedade privada da indústria e da terra, e a devolução de todos os territórios aos povos originários que lhes foram roubados. É destruindo o estado burguês e erguendo o estado operário fruto da revolução proletária que se garantirá sua autodeterminação e se preservará a natureza de sua destruição pelo capitalismo!